

Regras para baixa de veículos não recuperados

Gerardo Magalhães



Tião Viana, entre César Borges e Delcídio Amaral (D), preside sessão do Senado

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, substitutivo de Adelmir Santana a projeto sugerido pela CPI Mista do Desmanche estabelecendo que a baixa de veículo não recuperado após roubo ou desmonte deve ocorrer em 60 dias, entre outras regras de procedimento. **6**



Marcia Matiz

Plenário acatou também programa de habitação para família mantida por mulher

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.899 – Brasília, quinta-feira, 9 de outubro de 2008

Debate no Senado: governo age de forma correta na crise?

Postura do Executivo diante das turbulências na economia mundial foi analisada por diversos senadores a partir de discurso de Tasso Jereissati. Durante três horas, 16 parlamentares o apartearam para manifestar apoio a suas críticas ao presidente Lula ou defender as providências do Ministério da Fazenda e do Banco Central. **3**

Meirelles falará sobre impacto nas contas do governo

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deve comparecer à Comissão Mista de Orçamento para falar sobre crise econômica mundial. **3**

Demostenes Torres aconselha governo a procurar Congresso

De acordo com senador, Executivo deve descer do pedestal e procurar o Congresso para uma negociação sincera em torno da crise. **3**

Comissão aprova cadastro nacional de mau fornecedor



José Luiz

Projeto acolhido pela Comissão de Justiça estabelece que o cadastro deve registrar os dados das empresas e pessoas físicas que sofrerem sanções por descumprimento contratual em qualquer ente federativo, e a abrangência das restrições que forem impostas a cada uma delas. Determina ainda que o cadastro será acessível na internet aos órgãos ou entidades dos três Poderes. De autoria de Garibaldi Alves, a proposta depende de turno suplementar de votação. **8**

Presidida por Marco Maciel (E), CCI também acolheu, entre outros projetos, o que altera normas para a fixação de penas



Márcio Kollme

Anúncio dos parâmetros do zoneamento agroecológico foi feito por Stephanes (esq., ao lado de Neuto de Conto e Carlos Minic)

Pantanal e Amazônia sem plantação de cana-de-açúcar

Restrição está prevista em zoneamento agroecológico que define regras para expansão do etanol sem comprometer equilíbrio ambiental. **7**

Ao analisar os resultados das eleições municipais, senadores ressaltam a necessidade de um novo modelo político para o país. "Nós temos que partir para a ação", conclama Marisa Serrano

Reforma política deve partir do Legislativo, afirma Marisa

DIANTE DE SENTENÇAS desencontradas da Justiça Eleitoral para temas semelhantes, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu a realização, o quanto antes, de uma reforma política. Em sua opinião, em vez de discutir e deliberar sobre a proposta do governo, o Congresso deveria elaborar uma proposta própria.

– Esta Casa tem a obrigação de oferecer uma proposta política exequível, e não ficar atrelada àquilo que o Executivo pensa – enfatizou.

Marisa Serrano citou como exemplos de iniciativas parlamentares a proposta de emenda à Constituição do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que acaba com as coligações para eleições proporcionais e as PECs do senador Marco Maciel (DEM-PE) e



Marisa cita várias propostas em tramitação sobre o tema

do ex-senador Sibá Machado (PT-AC) referentes à cláusula de barreira partidária.

– Essa discussão é fundamental, pois estamos acabando de sair de uma eleição com tantos problemas e não podemos ficar só reclamando. Eu ouvi aqui ontem [terça-feira] todos reclamarem, mas nós temos que partir para

a ação. E o povo brasileiro espera que a gente tenha ação.

Marisa Serrano foi apartada por vários senadores, entre os quais Alvaro Dias (PSDB-PR), para quem "o modelo político brasileiro está condenado". No entendimento de Renato Casagrande (PSB-ES), foi bom o governo ter encaminhado suas sugestões, que deveriam ser debatidas por uma comissão

especial mista.

Valter Pereira (PMDB-MS) acredita que ainda no início do próximo ano o Congresso Nacional deve se dedicar à reforma política. E Marco Maciel observou que a mudança é "gênero de primeira necessidade" e deve, antes de tudo, fortalecer os partidos políticos.

Casagrande critica presença do poder econômico e institutos de pesquisa

sistema partidário, o que, muitas vezes, observou, leva os eleitos a não representarem a vontade da população.

Casagrande criticou a forte presença do poder econômico nas campanhas e afirmou serem necessárias alterações no sistema de financiamento. Também se disse insatisfeito com a atuação dos institutos de pesquisa e sugeriu que os levantamentos não sejam divulgados nos 15 dias que antecedem as eleições. O senador do Espírito Santo também criticou o instituto da reeleição e apontou distorções existentes no sistema majoritário, que pode levar

um candidato pouco votado a tomar posse, em detrimento de outro com maior número de votos.

O parlamentar também citou os resultados obtidos pelo seu partido nas eleições municipais, em que elegeu 310 prefeitos, contra 174, em 2004; e 3 mil vereadores, mil a mais do que no pleito anterior. O PSB ganhou em duas capitais – João Pessoa e Boa Vista – e disputa o segundo turno em Manaus, Belo Horizonte e Macapá.

Renato Casagrande também elogiou o trabalho da Justiça Eleitoral, especialmente pela rápida apuração dos resultados.



Renato Casagrande elogia a rapidez da Justiça Eleitoral na apuração dos votos

Ao fazer um balanço dos resultados das eleições, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) sugeriu que Câmara e Senado discutam, em conjunto, uma proposta de reforma política. Ele apontou a existência de desvios no

Fátima Cleide destaca desempenho do PT nas eleições em Rondônia

Ao comemorar o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de domingo em Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que o resultado das urnas no estado expressa a insatisfação popular com relação ao governo estadual, chefiado por Ivo Cassol.

– Politicamente, o PT é o partido que mais ganhou em Rondônia. Foi o mais votado no estado e o que elegeu maior número de vereadores – disse a senadora, para quem a proibição dos showmícios e da distribuição de brindes não diminuiu o interesse popular pelas eleições. Fátima Cleide ressaltou que a população está cada vez mais consciente da importância do voto.



"População está cada vez mais consciente da importância do voto", afirma Fátima Cleide



Mão Santa diz que no regime militar eleições municipais eram limpas

Mão Santa: pleitos no país "voltaram a ser corruptos"

Mão Santa (PMDB-PI) traçou um panorama das eleições brasileiras desde a chamada República Velha e concluiu que os pleitos no Brasil "voltaram a ser os mais corruptos da história do mundo".

Para o senador, a República Velha (1889-1930) foi marcada pela corrupção eleitoral, que, a seu ver, não existiu nas eleições posteriores a 1930.

– No período militar, havia os atos institucionais, mas as eleições eram mais honradas do que hoje. Ninguém podia votar em presidente e governador, mas as eleições municipais eram puras, eram limpas – afirmou.

PT ainda não decidiu se apoiará chapa com DEM, diz João Pedro

O senador João Pedro (PT-AM) disse que o seu partido encontra-se diante de "um complicador político-ideológico-programático", com a presença de um candidato a vice-prefeito do DEM na chapa do candidato do PSB, Serafim Correa, à reeleição em Manaus. O diretório municipal da agremiação decide até sábado se apóia ou não a chapa.

O parlamentar destacou o desempenho do PT nas eleições do Amazonas. Pela primeira vez, informou, o partido elegeu seis prefeitos no estado. Saliu a eleição de lideranças indígenas.

João Pedro lamentou análises, em Plenário, que fazem parecer, disse, que a crise financeira mundial surgiu no Brasil.



João Pedro afirma que PT tem complicador ideológico para decidir se apóia candidatura

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h a sessão plenária do Senado é deliberativa. Na pauta, o projeto de decreto legislativo (PDL 53/08) que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de R\$ 456.625.000.

Crianças e adolescentes protegidos

Reunião, às 9h, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para a votação de sete propostas. Entre elas há três que buscam aumentar os instrumentos de proteção à criança e ao adolescente. Um dos projetos cria uma agência nacional para essa finalidade; outro determina contratação de pessoal capacitado a reconhecer maus-tratos aos menores; e, ainda, o projeto que declara a perda de bens e valores que tenham sido usados na exploração de crianças e adolescentes.

Orçamento de 2009 em debate

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 10h para continuar a discussão da proposta orçamentária relativa a 2009. Um dos pontos em debate é a reestimativa de receitas da União. A comissão também prepara a pauta das audiências públicas em nove capitais de estado para ouvir sugestões da sociedade civil.

Desenvolvimento do Centro-Oeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne às 11h para votar dois projetos e avaliar parecer da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de lei complementar que recria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco). Na pauta, ainda, encontra-se parecer do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ao projeto que autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste.

Marco regulatório da aviação

Seminário, às 10h30, discutirá o marco regulatório da aviação civil visando oferecer elementos para a reforma do Código Brasileiro da Aeronáutica. O debate tem como organizadores a Consultoria Legislativa do Senado e o Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

Planos de saúde e queimaduras

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), se reúne às 11h30, para votar dois requerimentos.

O primeiro, dos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Papaléo Paes (PSDB-AP), pede a realização de audiência pública com várias autoridades médicas para debater as políticas públicas para o tratamento e a reabilitação de vítimas de queimaduras.

O outro requerimento, do senador Augusto Botelho (PT-RR), solicita audiência pública na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde para debater a mobilidade com portabilidade nos planos privados de assistência à saúde. Ele sugere o convite ao presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Fausto Pereira dos Santos.

A postura do governo na crise é a mais correta? Não para senador do PSDB, que ocupou a tribuna por três horas e foi aparteado por 16 parlamentares

Crise chegou de maneira violenta, diz Jereissati

"A CRISE CHEGOU ao Brasil de maneira violenta", afirmou ontem Tasso Jereissati (PSDB-CE), que ocupou a tribuna por duas vezes para criticar duramente declarações do presidente Lula a respeito das turbulências na economia. Lembrando que o dólar foi valorizado em 40% na última semana, o senador observou que as consequências de um acontecimento como esse para o Brasil são gravíssimas e imprevisíveis.

Durante quase três horas na tribuna, Jereissati foi aparteado por diversos senadores. Ele lamentou que a atual crise financeira venha sendo tratada em "tom de deboche, na brincadeira e na base da bravata" pelo governo brasileiro.

No câmbio, disse Tasso Jereissati, a desvalorização "é muito maior do que o maior dos pessimistas já imaginou". Segundo ele, "o crédito secou – não existe mais dinheiro para ser emprestado pelos bancos, nem para ser captado pela maioria dos bancos".

Para Jereissati, "ou o presidente Lula não está entendendo a gravidade desse problema ou, simplesmente, está levando com uma certa irresponsabilidade as questões que envolvem a economia brasileira e podem refletir nos próximos anos".

Globalização

O senador do PSDB lembrou que o Brasil está inserido em uma economia globalizada, o que significa que, se o país em um determinado momento foi beneficiado pela prosperidade mundial, também poderá ser arrastado para baixo, em função das turbulências que atingem os mercados financeiros e de capitais em todo o planeta.

– Agora já não se trata mais de discutir se isso vai acontecer ou não. Já está acontecendo. A crise definitivamente chegou ao Brasil. Não é mais o momento para discussões, para fantasias, para ficar na televisão levando na brincadeira, fazendo gaiatice, quando a crise, que é muito grave, instalou-se no Brasil. O dólar chegou a R\$ 2,50, o que é insustentável para muitas empresas, para muitos bancos, para o consumo e para a capacidade de pagamento da maioria da população brasileira – afirmou.

Tasso Jereissati também criticou o apelo ao consumo feito por Lula à população. Na avaliação do senador pelo Ceará, a atitude do presidente da República pode prejudicar a economia e desequilibrar o orçamento doméstico das famílias brasileiras.

O senador criticou o projeto do Executivo que prevê a recuperação de bancos em dificuldades, enviado à Câmara. Ele considerou melhor o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), adotado pelo governo FHC, e disse que a iniciativa atual é ruim por não exigir transparência na aplicação dos recursos públicos.



Observado por César Borges e Tião Viana, Jereissati critica postura de Lula, que, segundo ele, prejudica o país

Contestação e apoio durante três horas no Plenário

O discurso de Tasso Jereissati provocou um longo debate em Plenário. Ao todo, 16 senadores, tanto da oposição como de partidos da base do governo, apartearam-no para opinar sobre os reflexos da crise no Brasil e analisar as medidas que o governo vem tomando para enfrentá-los.

Álvaro Dias (PSDB-PR), mesmo se dizendo disposto a aprovar medidas de combate à crise financeira, também teceu críticas à forma como o governo enfrenta o problema.

Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), as declarações de Lula sobre a crise financeira estão em descompasso com a realidade mundial. Segundo ele, o presidente da República precisa deixar de falar como sindicalista e se comportar à altura das exigências do momento.

O senador José Agripino (DEM-RN) disse que o Brasil não pode tratar a crise com gracejos, enquanto os representantes dos países da União Européia e de diversos bancos centrais vêm procurando encontrar uma solução para os prejuízos já registrados.

Aperto

Para Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), é impossível o Brasil não sofrer as consequências da atual crise financeira em tempos de mercado globalizado.

– O governo tem que cortar os gastos públicos, passar a ser austero, apertar os cintos – afirmou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também disse que o Brasil não está imune à crise, "ao contrário do que apregoa Lula".

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) manifestou apoio a Tasso Jereissati, mas frisou que mantém a confiança no presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na condução da crise.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que todos precisam ficar atentos à crise, lembrando que o presidente do Banco Central e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverão comparecer ao Senado para debater o assunto.

Marco Maciel (DEM-PE) classificou o discurso de Jereissati como oportuno, defendendo um cotejo entre o governo atual e o de FHC para enfrentar a crise.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) não concordou com a comparação feita por Tasso Jereissati entre o Proer do governo FHC e do governo Lula.

Para atenuar os efeitos da crise, Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu que o governo deveria reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) como forma de diminuir os custos das operações de crédito.

João Pedro (PT-AM) contestou as afirmações de Tasso Jereissati e classificou como correta a postura de Lula.

Meirelles falará à Comissão de Orçamento

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, comparecerá à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para falar da crise financeira internacional, informou o relator-geral do Orçamento de 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Meirelles falará à CMO assim que retornar dos Estados Unidos, onde participará, até a próxima semana, de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, junto com o ministro da

Fazenda, Guido Mantega.

A Comissão de Orçamento aprovou requerimento de audiência para debater as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) para liberar obras com indícios de irregularidades. A CMO acatou ainda a primeira reestimativa da previsão das receitas que a União terá em 2009, apresentada pelo Comitê de Avaliação da Receita. O comitê reestimou que a arrecadação federal será de R\$ 818,1 bilhões, o que

significa R\$ 9,2 bilhões acima da previsão feita pelo governo em agosto, quando enviou o Orçamento ao Congresso.

A CMO também aprovou a realização de audiências em nove capitais de estados, quando integrantes da comissão ouvirão sugestões de emendas ao Orçamento. Acolheu ainda 11 pedidos de crédito suplementar feitos pelo presidente da República, no valor total de R\$ 5,5 bilhões, destinados a vários ministérios.

Valadares: governo deve cuidar dos mais fracos

Para o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a equipe econômica do governo, ao adotar as medidas necessárias para conter a crise, não deve lançar um pacote para salvar o setor financeiro, como fez o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

– Nossos pacotes, nossa política econômica e as medidas antiturbulência devem cuidar

dos mais fracos, da massa que não viu a dívida social resolvida e agora vai ter que pagar a conta – disse.

O senador considerou positivo o fato de o ministro da Fazenda, Guido Mantega, assumir que a crise "é aguda", o que levará à tomada de decisões mais realistas. Ele frisou ainda o fato de "a instabilidade já estar afetando a economia real".



Valadares pede que governo não lance pacote para socorrer o setor financeiro

Demostenes recomenda diálogo com o Congresso



Executivo deve procurar o Congresso "de maneira sincera", diz Demostenes

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) aconselhou o governo a procurar o Congresso Nacional, "de forma desprendida e realista", para negociar medidas que assegurem o máximo de tranquilidade enquanto durar a crise financeira e econômica internacional. Em sua opinião, chegou o momento de o governo abandonar a "postura de negligência" em relação à gravidade do quadro.

– O governo tem de descer

do pedestal e procurar o Congresso, de maneira sincera, mostrando, por exemplo, qual é a verdadeira situação dos bancos brasileiros – afirmou.

Para o parlamentar, tanto o presidente Lula quanto o ministro da Fazenda, Guido Mantega, têm errado ao insistirem na ideia de que o país poderá ficar livre das incertezas mundiais e que nada abala a saúde dos bancos brasileiros ou o poder de fogo das reservas cambiais do país.

Há motivos para preocupação, alerta Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a intransigência em relação à crise financeira afetou a confiança de todos os setores da economia. Em sua avaliação, o Brasil tem motivos históricos para preocupação e é preciso criar melhores mecanismos de fiscalização e aferição dos investimentos e aplicações financeiras.

Apesar de afirmar que o país

encontra-se mais bem preparado para superar turbulências internacionais, Maldaner assinalou que as principais ameaças ao desempenho da economia são a crise financeira, a inflação e a queda nos preços das commodities. O senador também sugeriu que o governo diminua os gastos com a manutenção da máquina pública, para evitar o aumento dos juros.



Maldaner avalia que crise afetou todos os setores da economia

Projeto protege empregado doméstico

O projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que visa garantir “condições dignas” ao chamado “quarto de empregada” está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que se reúne hoje. A

proposta altera o Estatuto da Cidade para determinar – nas instalações reservadas à moradia e à área de serviço dos trabalhadores domésticos – requisitos mínimos de espaço para quartos e banheiros, ventilação, iluminação, conforto,

privacidade e qualidade dos equipamentos utilizados.

O relator da matéria nessa comissão é o senador Jayme Campos (DEM-MT), que apresentou voto favorável à sua aprovação, com uma emenda. Além de tramitar na CDR, o

projeto (PLS 212/08) terá de ser votado, em decisão terminativa, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também está na pauta da CDR projeto de lei que trata do risco de crédito envolvendo fundos constitucionais

Nuzman deverá explicar como gastou R\$ 654 milhões

Recursos, destinados às Olimpíadas, foram repassados pelo governo ao Comitê Olímpico Brasileiro. CMO aprovou ontem o requerimento de convite ao presidente da instituição

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou requerimento do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) solicitando que seja convidado o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, para que explique, em audiência pública, como foram gastos nos últimos três anos R\$ 654 milhões de verbas repassados à instituição pelo governo.

Conforme o deputado, “trata-se de uma grande quantidade de dinheiro do povo”, e os resultados das Olimpíadas de Pequim deixaram a desejar. O requerimento sugere ainda que estejam presentes à audiência a ex-jogadora de basquetebol Maria Paula Gonçalves da Silva, a “magic Paula” e Gilberto Godoy Filho, o jogador de vôlei Giba.

O requerimento recebeu um adendo apresentado pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG), que estende o pedido de explicações sobre os gastos com as Paraolimpíadas. Machado afirmou ainda que as verbas de R\$ 654 milhões foram usadas também nos jogos universitários e em outros eventos esportivos. Ainda não há data marcada para a audiência pública.



Senador Delcídio Amaral e os deputados Jorge Khoury e Mendes Ribeiro Filho, presidente da Comissão de Orçamento

Acompanhamento das ações para a Copa de 2014

Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu que a Subcomissão Permanente do Esporte, vinculada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, passe a acompanhar todas as ações desenvolvidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com vistas à realização, no país, da Copa do Mundo de 2014. O senador destacou que já se fala em investimentos de R\$ 100 bilhões para o evento.

– Por essa razão, recomenda-se uma presença atuante do governo, especialmente por intermédio do Ministério do Esporte, que deve monitorar as ações da CBF, já que o governo, o poder público, será parceiro da entidade representativa do futebol – disse o senador.

Alvaro Dias qualificou de “provinciana, ridícula, irritante e inconveniente” uma especulação surgida em Curitiba, segundo a qual o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, teria dito a uma comissão de políticos e de desportistas do Paraná que a capital daquele estado não poderia sediar jogos de uma Copa do Mundo, já que, como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, Alvaro Dias criaria problemas para a CBF.

O senador afirmou que os critérios “do revanchismo, da mágoa, do ressentimento, do rancor não deveriam prevalecer sobre os critérios da eficiência e da competência, além de boas qualificações em infra-estrutura,



Alvaro: subcomissão e governo devem seguir gestões da CBF

estrutura, organização, estádios modernos, segurança, posição geográfica estratégica”. Alvaro informou que, no próximo dia 14, uma comissão de inspeção visitará Curitiba tendo em vista a definição das sedes da Copa do Mundo de 2014.

Papaléo quer tipificar como crime ato libidinoso envolvendo menor

Papaléo Paes (PSDB-AP) é autor de projeto de lei que altera o Código Penal para criminalizar o ato de induzir menores de 14 anos a presenciarem atividades libidinosas. Ao apresentar a proposta, o senador argumentou ontem em Plenário que a matéria vai corrigir uma lacuna da legislação.

– Esclareço que, apesar de todo o relacionamento sexual com pessoa não maior de 14 anos ser classificado como estupro [artigo 23 do Código Penal] ou atentado violento ao pudor, não se tipifica o crime quando o agente induz pessoa menor de 14 anos a presenciarem atos de libidinagem – afirmou Papaléo.

O projeto, conforme o senador, vem ao encontro do que prevê o artigo 227 da Constituição, segundo o qual é dever da família, sociedade e Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência,



Papaléo Paes também registrou que haverá segundo turno em Macapá

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Papaléo destacou que a pena de seis a dez anos de reclusão, prevista no projeto, visa estabelecer isonomia e proporcionalidade com a gravidade do crime de atentado violento ao pudor.

Papaléo fez também um relato das eleições municipais no Amapá. Ele registrou que, pela primeira vez, será realizado segundo turno em Macapá, capital do estado, tendo em vista que só agora o município ultrapassou a marca de 200 mil eleitores.

Mesquita Júnior sugere campanha em prol da criança

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), em discurso no Plenário, clamou às autoridades brasileiras que deflagrem uma campanha de esclarecimento e orientação à sociedade para que saiba detectar abusos cometidos contra crianças. Ele pediu que o Senado Federal também se junte a esse esforço.

– Que pais e familiares fiquem atentos aos sinais de sevícias, de violência contra a criança, que muitas vezes passam despercebidos. Precisamos de uma campanha pública. Eu acho que é hora; não podemos mais conviver com isso. Esses pedófilos não podem ficar impunes – disse o senador.

Mesquita Júnior afirmou



Senador afirma que crime continua crescendo apesar dos esforços da CPI

que, mesmo com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, o crime vem recrudescendo no país.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), em aparte, defendeu a aprovação de proposição de sua autoria prevendo a castração química de pedófilos (PLS 552/07) e lembrou que alguns países desenvolvidos já adotam a medida.

ARNs LEMBRA INICIATIVAS DA CASA CONTRA QUEIMADURAS

A realização do 6º Congresso Nacional de Queimaduras, em Curitiba, foi saudada por Flávio Arns (PT-PR). O evento ocorre do dia 7 até amanhã. O senador destacou as iniciativas da Casa relativas à prevenção e ao tratamento de queimaduras, como a realização de audiência pública para discutir uma política nacional para o assunto. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) já aprovou requerimento com esse fim.

SUPLYCY APELA POR ACORDO CONTRA GREVE DE POLICIAIS CIVIS

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao governo e aos policiais civis de São Paulo que entrem em acordo para que a greve da categoria, iniciada em 16 de setembro, possa ser encerrada. Entre outras reivindicações, os policiais querem reajuste de 15% para todas as categorias. – Não se pode permitir que mágoas decorrentes de uma negociação que não deu resultados afetem a política de segurança do estado – disse.

FLEXA RIBEIRO EXALTA FESTA DO CÍRIO DE NAZARÉ

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) saudou a população paraense pela realização, no próximo domingo em Belém, do Círio de Nazaré 2008 – uma das maiores e mais tradicionais festividades religiosas do Brasil. O senador explicou que a manifestação é promovida desde o ano de 1793 e que outros círios são organizados pelo interior do estado do Pará ao longo do ano.

MÁRIO COUTO QUER OBSTRUÇÃO EM FAVOR DE APOSENTADOS

O líder da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA), disse ontem que senadores do PSDB, do Democratas e de outros partidos vão obstruir as votações na Casa se a Câmara não votar as propostas que beneficiam os aposentados. – Não vamos mais votar nenhum projeto a partir da semana que vem. Nem o Proer do Lula – disse, referindo-se à medida provisória (MP 442/08) de socorro a instituições financeiras.

Consultor esclarece que a adoção de um magistrado exclusivo na fase pré-processual contribuiria para maior imparcialidade do julgamento

Comissão discute juiz específico para investigação

A INSTITUIÇÃO DA figura do juiz de garantias, que participaria da fase de investigações dos processos, foi discutida terça-feira pelos juristas da comissão externa que estuda a elaboração de um anteprojeto de Código de Processo Penal (CPP). O consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira, integrante do colegiado, destacou que tal juiz não seria responsável pela causa e, portanto, pela sentença. De acordo com o atual código,

informou Fabiano Silveira, o inquérito é distribuído para um magistrado, que também será o juiz da causa. Assim, o juiz que acompanhou o inquérito também oferecerá a decisão, esclareceu. Na sua opinião, a figura do juiz de garantias contribui para dar maior imparcialidade ao juiz da causa, uma vez que este último deixaria de participar da investigação.

– Quanto mais nós afastarmos o juiz da causa da condução da investigação, melhor, porque

o da causa será mais imparcial, será mais crítico em relação à fase de investigação, por ser um juiz que não tem compromisso direto com o modo de proceder da investigação. O juiz de garantias atuaria numa fase pré-processual e o da causa examinaria tudo o que foi produzido, mas com um olhar distante, como observador crítico, e não como alguém que participou da produção do material. Isso é uma mudança gigantesca em relação ao atual

modelo – salientou.

Medidas cautelares

Também voltaram ao debate as medidas cautelares. Segundo o consultor, a comissão defendeu a intervenção na “linha ascendente” de utilização de prisão provisória, com a apresentação de alternativas aos magistrados. Os juristas pretendem limitar o prazo para tal instrumento, bem como as circunstâncias em que pode ser utilizado.

Fabiano Silveira explicou que, atualmente, o juiz só dispõe, como medidas cautelares, da prisão preventiva, da fiança e da liberdade provisória sem fiança. A idéia, disse, é oferecer outras possibilidades, como recolhimento domiciliar, suspensão de função pública ou atividade econômica, proibição de freqüentar determinados lugares, manter o agressor afastado da vítima e monitoramento eletrônico. A comissão volta a se reunir no dia 23.



Marisa Serrano (2ª à esq.) preside os debates na Comissão de Educação

Idade mínima para ator não tem consenso em debate no Senado

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizou ontem audiência pública para discutir o projeto de lei de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que regulamenta a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e atleta. O projeto de Raupp prevê que “é vedado o trabalho como ator, modelo e similares, em cinema, teatro, televisão, anúncios publicitários, de pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos de idade, sem autorização expressa do detentor do poder familiar”. E também estabelece que “os menores de catorze anos poderão atuar, se judicialmente autorizados”.

Durante o debate, o projeto (PLS 83/06) foi criticado por especialistas, enquanto a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) destacou que, de acordo com o que foi discutido na audiência, a questão teria que ser regulamentada por proposta de emenda constitucional, uma vez que a proibição do trabalho de menores de 16 anos está prevista na Constituição.

O juiz do Trabalho da 15ª Região, José Roberto Dantas Oliva, acredita que a situação de atores, modelos e atletas mirins pode até ser regulamentada por uma lei infraconstitucional, mas que tal exceção teria que estar prevista também na Consti-

tuição. Oliva ressaltou que a Constituição veda o trabalho de menores de 16 anos, permitindo que maiores de 14 atuem apenas como aprendizes. O juiz disse ser contrário à diminuição do limite de idade para início de trabalho, mas acredita que os casos de atividades artísticas e desportivas deveriam ser considerados exceções.

A psicóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Tânia Coelho dos Santos, ponderou que a principal questão a ser analisada é se crianças podem participar da indústria do entretenimento, que é gerenciada por empresários adultos.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que a questão é de importância fundamental. Para ela, proibir o trabalho de crianças e adolescentes na área artística é muito difícil, mas é imprescindível reconhecer que é preciso haver proteção para eles. Já o senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE) reconheceu que o tema é polêmico e lembrou que “muitos jovens usam drogas por falta de ocupação”, mas que encontrar formas de ocupá-los também é difícil.

O projeto, relatado na CE pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), se aprovado deverá ainda ser apreciado em mais duas comissões da Casa.

Correção de contas do FGTS pode ter novo índice

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que altera a fórmula de correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), substituindo a Taxa Referencial de juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao encaminhar a votação do projeto (PLS 193/08), o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), argumentou que a correção das contas do FGTS tem causado prejuízos aos contistas. Destacou que a correção pela TR é baixa e, às vezes, até negativa em relação à inflação. Por isso, ressaltou, trata-se de um índice em extinção na economia brasileira.

– No país que pode ser considerado campeão dos juros reais, é impiedoso obrigar o trabalhador a aceitar juros reais negativos, ou seja, aceitar uma perda no valor real de sua poupança. O trabalhador vinculado ao FGTS não tem escolha, trata-se de uma relação compulsória. Por isso, pode-se dizer que ele está pagando para guardar dinheiro e não tendo algum lucro com a operação – protestou.

Para Eduardo Azeredo, a escolha do IPCA como índice de correção, mais 3% de juros anuais, representará uma fórmula justa que incentivará o trabalhador a querer um trabalho formal.

O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Flávio Arns preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Valor das aposentadorias será debatido

Foi aprovada ontem, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a realização de audiência pública em 29 de outubro sobre o projeto que recompõe o valor das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social. A proposta (PLS 58/03) é de Paulo Paim (PT-RS) e o requerimento, de Romero Jucá (PMDB-RR).

Outro requerimento de audiência aprovado, de Paulo Paim, debaterá o projeto (PLS 159/05) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que regulamenta a profissão de físico.

A CAS acolheu também requerimento de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) para participação de Maria Alice Toledo e Antonio Geraldo da Silva na audiência sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Dietéticos devem receber isenção de impostos

Parecer favorável a projeto de lei que visa conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos foi aprovado, ontem, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta é de iniciativa do senador Renato Casagrande (PSB-ES) e agora será examinada na Comissão de Assuntos Econômicos, com votação em decisão terminativa.

O projeto (PLS 181/08) também estabelece que sobre a receita proveniente da venda desses produtos não incidirá a contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A finalidade da proposta, segundo o autor, é facilitar o acesso da população a alimentos e produtos industrializados dietéticos.



Nery (2ª à esq.) preside Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo

Coleta de assinaturas contra o trabalho escravo

A Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo adiou para o próximo dia 17 a realização do movimento destinado a colher assinaturas para o abaixo-assinado em favor da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que permite o confisco de terras nas quais seja constatado o uso de mão de obra forçada. Já aprovada pelo

Senado, a matéria aguarda votação da Câmara dos Deputados desde 2004.

Segundo o presidente da subcomissão, senador José Nery (PSOL-PA), a meta é conseguir no Dia Nacional de Coleta de Assinatura um milhão de adesões ao abaixo-assinado. Ele informou que até agora apenas 112 mil assinaturas foram cole-

tadas. Também foi adiada para o início de 2009 a entrega do abaixo-assinado na Câmara dos Deputados, antes programada para 19 de novembro próximo.

Amanhã, os representantes das entidades que participam do movimento de coleta de assinaturas voltarão a se reunir para decidir como se dará a mobilização no dia 17.

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA TERÁ ACOMPANHAMENTO DE COMISSÃO

Em turno suplementar, foi aprovado substitutivo a projeto de lei (PLS 26/00) que determina o comparecimento do presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para relatar a execução da programação monetária no trimestre em curso e para apresentar a programação monetária trimestral. A matéria agora retorna à Câmara.

DATAS HOMENAGEIAM VAQUEIROS E TAMBÉM DEFICIENTES AUDITIVOS

O Plenário do Senado acolheu dois projetos de lei criando dias nacionais em homenagem às pessoas com deficiências auditivas e aos vaqueiros. O Projeto de Lei da Câmara 12/07 define 26 de setembro como Dia Nacional dos Surdos. Já o PLC 28/07 escolheu 29 de agosto como Dia Nacional do Vaqueiro. As proposições seguem agora à sanção presidencial.

SENADO PREMIARÁ TRABALHOS SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL

Os melhores trabalhos sobre os aspectos políticos da história do Brasil serão agraciados, anualmente, com o Prêmio Senado Federal, instituído pelo projeto de resolução (PRS 31/07) de Tião Viana (PT-AC) aprovado, ontem, pelo Plenário. A proposta segue agora à promulgação. O prêmio será concedido aos três melhores trabalhos, selecionados por comissão composta por historiadores.

PRAZO MAIOR PARA RENOVAR A CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

O Plenário aprovou, em votação simbólica, projeto de lei (PLC 120/07) que amplia de um para dois anos o prazo para renovação das certificações de boas práticas de fabricação, distribuição e armazenagem de medicamentos, insumos farmacêuticos, alimentos, cosméticos, saneantes e produtos para saúde sujeitos ao regime de vigilância sanitária. A proposta volta à Câmara.

Projeto aprovado pelos senadores visa impedir o uso dos documentos de automóveis irrecuperáveis na falsa legalização de carros roubados

Habitação para mulheres que chefiam famílias

Os senadores aprovaram ontem em turno suplementar, depois de acordo de lideranças partidárias, substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 12/00) que estabelece as diretrizes para criação de um programa nacional de habitação destinado a mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias. O projeto retorna para a Câmara dos Deputados.

Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o substitutivo autoriza o Poder Executivo a criar o programa, que beneficiaria mulheres com renda familiar de até três salários mínimos.

A medida deverá operar dentro das modalidades dos demais programas habitacionais financiados pelo governo federal. Deverá ainda ser estabelecida cota mínima de atendimento a mulheres com renda familiar mensal de até três salários mínimos e com filhos de até 14 anos. E terão prioridade aquelas residentes em áreas de risco.

A proposta determina também que o programa será implementado mediante ações integradas, em parceria com estados e municípios, e deverá favorecer comunidades carentes previamente identificadas.

A matéria prevê ainda que as famílias beneficiadas terão apoio suplementar mediante programas de saúde preventiva, incentivo à escolaridade e complementaridade de renda familiar.

Em maio de 2007, o substitutivo foi aprovado em Plenário e, ontem, em turno suplementar. O projeto original (PLC 885/95) começou a tramitar em 1995.



No segundo dia de votação após as eleições, o Plenário aprovou 14 projetos, entre eles o que altera o Código de Trânsito Brasileiro para disciplinar o comércio de peças de carros

Baixa de veículos sinistrados deve ser feita em até 60 dias

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei do Senado que altera o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer regras sobre procedimentos relativos à baixa do veículo não recuperado após roubo ou desmonte. A proposição é de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Desmanche, e o substitutivo, de autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF). A matéria depende ainda de segundo turno de votação.

Conforme a justificativa da CPI do Desmanche, ao formular o projeto (PLS 142/05), as regras propostas buscam uma solução mais adequada para os veículos objeto de sinistros. O PLS tem o objetivo de disciplinar e regular a atividade do comércio de peças em separado, bem como

minimizar a ação de grupos criminosos organizados que usam documentos dos veículos sinistrados para poder utilizar, numa falsa legalidade, automóveis furtados ou roubados.

Mais rigor

Pelo substitutivo, o proprietário de veículo irrecuperável deverá requerer a baixa do registro, no prazo de 60 dias e na forma determinada pelo Contran, sendo vedada a remontagem de veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

A obrigação de que trata essa regra é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à remontagem, quando sucederem o proprietário em caráter definitivo. Ainda segundo a matéria, o Contran

definirá os procedimentos para declaração de situação irrecuperável do veículo.

A baixa deverá ocorrer independentemente do pagamento de impostos, taxas e multas, que serão lançados de acordo com a ocorrência do fato gerador, observados os dados cadastrais pertinentes ao contribuinte.

A proposição estabelece também que, se o veículo estiver pendente de licenciamento por um período de pelo menos cinco anos, a baixa poderá ocorrer por iniciativa do órgão executivo de trânsito, assegurado ao proprietário o prazo de 60 dias, contado da notificação, para a regularização do automóvel.

Após a votação em segundo turno, o projeto será enviado à Câmara dos Deputados.

Aprovadas indicações de cinco autoridades

Acolhidas ontem pelo Plenário cinco indicações de autoridades feitas pelo presidente da República. Aprovado por 30 votos favoráveis e 11 contrários, Dirceu Brás Aparecido Barbano vai exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em seguida, acatado por 33 votos a 10, com uma abstenção, o nome de César Costa Alves de Mattos para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Eliseu Martins recebeu 35 votos favoráveis para dirigir a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para o cargo de embaixadora do Brasil na Nigéria, foi acolhido o nome de Ana Cândida Peres, com 44 votos a favor e 2 contras. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, indicado com 46 votos, três contrários e uma abstenção para ser embaixador na Cidade do Vaticano.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Jefferson Praia • Tião Viana • Papaléo Paes • Antônio Carlos Valadares

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920



Gim Argello (3º à dir.) preside reunião na Comissão de Ciência e Tecnologia

Comissão discute modelo de exploração da camada pré-sal

Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou ontem que apresentará projeto de lei para tornar mais flexível a Lei do Petróleo, em vigor desde 1997. Ele quer transferir ao presidente da República a atribuição de definir os percentuais de *royalties* e de participações especiais nos campos que vierem a ser licitados.

– Hoje o petróleo vale oito vezes mais do que na época da aprovação da legislação. Nós precisamos de mais flexibilidade – disse o senador, após participar da audiência pública sobre a produção de petróleo na camada pré-sal. O debate foi promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sob a presidência de Gim Argello (PTB-DF).

Na audiência, o secretário de Energia e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Norte, Jean-Paul Terra Prates, explicou as diferenças entre os dois principais modelos que poderão

reger a exploração do pré-sal: o de concessão e o de partilha. A seu ver, o modelo de concessão é o mais adequado para o país. O geólogo João Victor Campos, da Associação dos Engenheiros da Petrobras, sugeriu que os blocos ainda não concedidos sejam integralmente repassados à própria estatal.

Por sua vez, o gerente-executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras, Carlos Tadeu da Costa Fraga, informou que os testes de longa duração no campo de Tupi, na Bacia de Santos, estão previstos para março. Em dezembro de 2010, teria início a chamada produção-piloto.

Fraga disse que, a partir de 2017, a produção do pré-sal já alcançaria 1 milhão de barris diários. Apenas as descobertas já feitas no pré-sal, segundo afirmou, representam potencial de 12 bilhões a 15 bilhões de barris de óleo – valor equivalente ao das atuais reservas brasileiras.

Camata quer punição por “erros” da Petrobras na América Latina

“Estão jogando dinheiro do cidadão brasileiro na lata de lixo de alguns países da América Latina”, afirmou em Plenário o senador Gerson Camata ao protestar contra “erros” da Petrobras relativos a investimentos na Bolívia, Argentina e Equador.

Referindo-se à área internacional da companhia, o senador anunciou que vai requerer ao Tribunal de Contas da União (TCU) a apuração de quem mandou investir e do quanto se investiu, de modo a punir os responsáveis pela perda de recursos.

Camata disse lamentar o fato de o Brasil, cujas Forças Armadas são as mais caras e mais bem equipadas da América Latina, não poder usar seu contingente para defender os seus interesses. Ele citou o bloqueio das instalações da Petrobras pelo governo boliviano, as ameaças do Equador de intervir nos poços e usinas da estatal naquele



Camata diz que vai pedir ao TCU a apuração de responsabilidade

país e a política argentina contrária aos interesses brasileiros na produção de óleo diesel.

– É inadmissível que o Brasil continue sendo desrespeitado e que cidadãos brasileiros continuem sendo presos por ditadorezinhos situados aqui, vizinhos nossos, que recebem do Brasil todo apoio e toda a condescendência desses atos que praticam contra o Brasil.

Proibição está prevista em estudo técnico de zoneamento agroecológico realizado pelo governo e que identificou 65 milhões de hectares de terra adequados para o plantio

Cana-de-açúcar deve ficar fora da Amazônia e Pantanal

O MINISTRO DA Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, anunciou a conclusão de estudo técnico sobre o zoneamento agroecológico para a cana-de-açúcar, cujo plantio deve ser vetado nos biomas Amazônia e Pantanal. A informação foi dada ontem em audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis.

Também presente ao encontro, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que o zoneamento deverá ser aprovado em breve pelo governo federal, definindo as regras para que a expansão do etanol não comprometa o equilíbrio ambiental.

O zoneamento para a cana-de-açúcar, explicou Stephanes, leva em consideração aptidões de solo e clima, restrições ambientais e declividade do terreno, no sentido de identificar áreas aptas à colheita mecanizada. O estudo



Reinhold Stephanes, Neuto de Conto, José Nery e Carlos Minc durante a audiência

identificou 65 milhões de hectares adequados para o plantio da cana-de-açúcar. Ficaram de fora áreas localizadas na Amazônia e no Pantanal, além de outras que apresentam declividade superior a 12 graus e que integram unidades de proteção legal.

De acordo com Stephanes, dos 65 milhões de hectares apontados, 37 milhões são pastagens degradadas.

Carlos Minc destacou que o

Plano Nacional de Mudanças Climáticas reforça a importância da produção de biocombustíveis e inclui em suas metas a expansão de 11% da produção de etanol e 12% da produção de biodiesel. Para ele, a mudança na matriz energética é essencial para reduzir a poluição ambiental. Minc mencionou também as vantagens da adoção de um zoneamento agroecológico para a cana-de-açúcar.

Senadores cobram incentivos para desenvolver a Amazônia

Durante o debate com os ministros Reinhold Stephanes e Carlos Minc, senadores cobraram incentivos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Um dos autores do requerimento propondo o debate, Expedito Júnior (PR-RO) manifestou preocupação com possíveis problemas decorrentes de conflitos entre zoneamentos feitos pelos estados e o estudo do governo federal. Em Rondônia, disse o parlamentar, o zoneamento prevê o plantio de cana-de-açúcar em certas áreas, ao contrário do estudo nacional.

Em resposta, Reinhold Stephanes defendeu a abertura de diálogo com os governos estaduais, de forma a dar compensações para áreas restritas.

João Pedro (PT-AM) cobrou medidas que visam à regularização fundiária na Amazônia. Stephanes afirmou que o Executivo pretende realizar a regularização fundiária em dois anos.

Osmar Dias (PDT-PR) disse não acreditar que o governo consiga realizar a regularização fundiária no prazo anunciado, especialmente pela dificuldade de ratificar títulos de proprieda-

de em faixa de fronteira.

Segundo o presidente da CRA, Neuto de Conto (PMDB-SC), a agricultura brasileira é hoje uma das armas de que o país dispõe para se proteger da crise na economia mundial.

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a realização de zoneamentos ecológicos e econômicos para todo o Brasil e elogiou o estudo que veta o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal.

Para reduzir o desmatamento na região Norte, Augusto Botelho (PT-RR) quer proteção aos pequenos produtores, que, observou, sem apoio governamental, acabam usando os recursos florestais para sobreviver.

Marina Silva (PT-AC) lembrou as dificuldades enfrentadas por ela, quando esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente, na busca de um modelo de desenvolvimento da Amazônia.

Já Gilberto Goellner (DEM-MT) pediu a revisão de norma que impede a produção de cana-de-açúcar no Pantanal.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a revisão do Código Florestal. Também participaram da discussão Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO).



Expedito também comentou os resultados das eleições em Rondônia

Expedito Júnior faz avaliação positiva da audiência

O senador Expedito Júnior (PR-RO) avaliou positivamente a audiência pública realizada ontem com os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Expedito Júnior destacou a garantia dada pelos ministros de que todos os projetos aprovados e já em andamento, inclusive com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), terão continuidade.

O parlamentar também registrou a declaração de Carlos Minc no sentido de que trabalharão junto ao governo de Rondônia e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com o objetivo de elaborar um zoneamento agroecológico para consolidação da Floresta Bom Futuro.

Expedito Júnior também disse que o governo Ivo Cassol, em Rondônia, mostrou “liderança absoluta” nas eleições municipais de 2008. De acordo com ele, o governador comemorou a eleição de aliados em 33 dos 52 municípios do estado.

Código da Aeronáutica em debate

O Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado e o Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo) realizam hoje, às 10h30, seminário com o tema “O marco regulatório da

aviação civil: elementos para a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica”. O evento será apresentado pelo consultor Victor Carvalho e se baseia em pesquisa de sua autoria.

De acordo com o estudo, o

Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) encontra-se defasado.

Delcídio Amaral (PT-MS) presidirá o debate, que será realizado na sala 7 da Ala Alexandre Costa do Senado.

Projeto acatado na CCJ estabelece que a União manterá lista de pessoas e empresas impedidas de participar de licitações públicas e contratos

Mau fornecedor terá cadastro nacional

PROPOSTA APROVADA PELA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevê a instituição de cadastro nacional dos fornecedores temporariamente proibidos de participar de licitações e contratar com a administração pública direta e indireta em todo o país.

O projeto (PLS 500/07), de Garibaldi Alves (PMDB-RN), foi acolhido na forma de substitutivo do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), e por isso ainda será apreciado em turno suplementar pela CCJ, com decisão terminativa. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto estabelece que o cadastro seja informatizado e acessível pela internet, podendo ser consultado a qualquer momento

por órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Seriam feitos convênios entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com o fim de integrar as listas e formar o cadastro unificado em todo o território nacional. O cadastro deve registrar os dados das empresas e pessoas físicas que receberem sanções por descumprimento contratual, em qualquer dos entes da Federação, e a abrangência das restrições que foram impostas a cada uma.

– A medida, ao tornar obrigatória a consulta ao cadastro, impedirá que aquele que tenha sofrido uma dessas sanções em determinado município ou estado possa participar de licitações realizadas em outras localidades

– justificou ACM Júnior.

Ele salientou que o cadastro federal existente, denominado Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), criado pelo Decreto 3.722/01, restringe-se ao âmbito do Poder Executivo. Os órgãos e entidades da administração federal só podem contratar com licitante inscrito nesse cadastro.

– Mas ele não previne o ingresso de pessoa impedida de participar de licitação por decisão de órgão ou entidade da administração estadual, distrital ou municipal – disse o relator.

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), que reúne o cadastro de fornecedores habilitados a participar de licitações públicas mediante inscrição realizada

por cada uma das unidades federadas, também se restringe ao Executivo, salientou.

ACM Júnior informou que projeto do governo (PLC 32/07), que aguarda inclusão em ordem do dia do Plenário, já prevê a criação de cadastro nacional positivo de habilitação para filtrar empresas idôneas. Porém, salientou que a proposta “incorre na mesma deficiência da legislação atual”, pois não estabelece mecanismos que impeçam a inscrição no cadastro, por determinado ente federado, de fornecedores considerados impedidos de licitar com a administração pública por imposição de ente diverso. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse concordar com o argumento de que os projetos não se excluem mutuamente.

BENEFÍCIO PARA PESSOA COM SÍNDROME

Servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como Síndrome da Talidomida poderão se aposentar voluntariamente, sem a necessidade de atender ao requisito de idade mínima, após 20 anos de contribuição, desde que tenham cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo.

É o que determina projeto de lei complementar (PLS 8/06) de Marco Maciel (DEM-PE), que recebeu ontem parecer favorável de Eduardo Suplicy (PT-SP) na CCJ. O projeto vai agora à votação em Plenário.

De acordo com o projeto, o benefício será concedido sem prejuízo da concessão dos demais benefícios a que fazem jus os portadores da Síndrome da Talidomida.

CRISE ADIA VOTAÇÃO DE CRIAÇÃO DE CARGOS

A crise econômica internacional levou, por acordo, a CCJ a adiar a votação do projeto que cria 2.400 cargos efetivos na Superintendência de Seguros Privados (Susep) e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), alertou para o fato de que a matéria (PLC 130/08, de autoria do Executivo) já consta da ordem do dia do Plenário da próxima terça-feira.

Demostenes Torres e Antonio Carlos Júnior consideraram o projeto “inoportuno e temerário”, e Valter Pereira (PMDB-MS) sugeriu que o governo reveja todas as propostas que venham a criar despesas. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o projeto tem por meta apenas reestruturar carreiras.

MUDANÇA EM CÓDIGO BENEFICIA ASSOCIAÇÕES

A expressão “fins não econômicos”, referindo-se à formação de associações, conforme determina o artigo 53 do Código Civil, será substituída por “fins não lucrativos”. É o que estabelece projeto de Papaléo Paes (PSDB-AP), aprovado ontem pela CCJ em decisão terminativa.

Ao defender a aprovação de seu projeto (PLS 336/07), o senador disse que a expressão “fins não econômicos” pode vir a ser um entrave para a atuação de associações no tocante à captação de recursos.

Papaléo Paes lembrou ser usual que, para a obtenção de recursos, as associações comercializem brindes, camisetas e outros produtos, e que tal prática muitas vezes garante a sustentabilidade das entidades.



Marco Maciel (foto da esquerda) preside reunião da Comissão de Justiça que aprovou aposentadoria voluntária para servidor público com Síndrome da Talidomida



Projeto regulamenta ações do Conselho da Justiça Federal

A redefinição das competências e da composição do Conselho da Justiça Federal (CJF) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto com esse objetivo é originário do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O CJF foi criado pela Constituição e, pela Emenda Constitucional 45, ganhou poder correicional, para fiscalizar a atuação de seus membros.

A proposta (PLC 129/08), que ainda será analisada pelo Plenário, foi relatada por Demostenes Torres (DEM-GO). O senador manteve o texto como veio da Câmara dos Deputados, onde o substitutivo aprovado promoveu a inclusão dos presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Juizes Federais do Brasil como participantes do conselho, sem direito a voto.

A Corregedoria Geral da Justiça Federal passa a fazer parte do CJF, juntamente com o Centro de Estudos Judiciários e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. Entre as atribuições do CJF está a de examinar e encaminhar ao STJ propostas de criação ou extinção de tribunais regionais federais. O órgão também é quem representará junto ao Ministério Público para promover ações judiciais contra magistrados, inclusive para decretar perda de cargo ou cassar aposentadoria.

Maior combate à adulteração de combustíveis

Duas propostas aprovadas pela Comissão de Justiça podem dificultar a vida de empresas que infringirem normas relativas à indústria de petróleo e ao abastecimento de combustíveis. Os textos – de Demostenes Torres (DEM-GO) e Gerson Camata (PMDB-ES) – foram elaborados principalmente com a preocupação de atingir quem adultera combustíveis ou os comercializa adulterados.

O projeto de Demostenes (PLS 96/05) acrescenta ao rol de sanções administrativas aplicáveis às empresas infra-

toras a declaração de inaptidão do registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Nessa condição, as empresas ficam impedidas de obter incentivos fiscais, participar de licitações públicas e operar com estabelecimentos bancários.

O texto foi examinado na forma de substitutivo do relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), e deverá passar ainda por votação suplementar. Depois, será apreciado terminativamente pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

A segunda proposta (PLS

35/04), de Camata – aprovada na CCJ em decisão terminativa –, torna mais rígida a aplicação de sanções, e amplia as hipóteses de cancelamento do registro de licença para a atividade. A penalidade de interdição do estabelecimento após a terceira irregularidade sucessiva, prevista na legislação atual, passa a ser aplicada já na reincidência. O projeto, relatado por Tasso Jereissati (PSDB-CE), também prevê um período mínimo de dez dias para a interdição cautelar do estabelecimento – hoje não há prazo.

Proposta altera normas para fixação de penas

Infrações cometidas na adolescência podem passar a ser consideradas como antecedentes pelo juiz no momento de fixação da pena para réu adulto. A CCJ aprovou projeto do deputado Márcio França (PSB-SP) que objetiva dar à Justiça acesso a eventual informação de que, durante a adolescência, o infrator cumpriu medida socioeducativa de internação por ato infracional correspondente ao crime pelo qual está sendo sentenciado em idade adulta.

A proposta (PLC 82/08) – relatada pelo senador Virgínio

de Carvalho (PSC-SE) – acrescenta parágrafo ao artigo 59 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), no qual são estabelecidas as regras que devem nortear o juiz para a fixação da pena.

Para Márcio França, o sigilo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à aplicação de medidas socioeducativas pela prática de atos infracionais tem o intuito de proteger os adolescentes que não voltem a repetir condutas criminosas ao atingirem a maioridade e não o de acobertar o passado

daqueles que continuam a cometer delitos na vida adulta.

Estatização

Um pedido de vista coletiva adiou a votação de projeto (PLS 51/04) de Fátima Cleide (PT-RO) que exclui cinco empresas concessionárias de energia elétrica – Ceron, Elektro, Ceal, Ceam e Cepisa – do Programa Nacional de Desestatização (Lei 9.491/97). Alguns senadores afirmaram entender que a aprovação da matéria colocaria uma “mordacha” no mercado brasileiro.